

- d) Pagar ao Condomínio taxa de manutenção ordinária e extraordinária, e valores suplementares fixados pela Assembleia Geral, bem como demais taxas imposições de multa e outras disposta nesta CONVENÇÃO e nos demais atos normativos, sob pena do Condomínio inscrever o condômino pelos seus débitos no cadastro de instituições de proteção ao crédito, tais como SPC, SERASA e similares, sem prejuízo das demais cominações previstas na presente CONVENÇÃO. A forma, o procedimento, os prazos e a obrigatoriedade de inscrição e baixa dos débitos serão definidos por Resolução da Administração Condominial. Em casos excepcionais, devidamente justificados e autorizados pelo Conselho Consultivo, o Síndico poderá deixar de inscrever débitos nas instituições, referidas nesta alínea;
- e) Colaborar no sentido de ser preservado o patrimônio econômico e moral do Condomínio, devendo restituir os danos causados a este, decorrentes de condutas ou qualquer descumprimento dos atos normativos do Condomínio, praticadas pelos condôminos, dependentes e visitantes, após devido processo de apuração, com oportunidade de defesa;
- f) Desempenhar as obrigações que lhes forem atribuídas pela Administração do Condomínio, quando nomeados a integrar Conselho de Trabalho para o Condomínio;
- g) Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Condomínio, principalmente endereço, telefone e e-mail.

Parágrafo Primeiro: Aplicam-se as disposições anteriores deste Artigo, no que couber, aos locatários, cessionários de direito e comodatários, ocupantes das unidades residenciais ou comerciais.

Parágrafo Segundo: Nos casos de inadimplência por não pagamento das taxas de manutenção, taxa de aprovação de projetos, multas ou qualquer outro valor devido para o condomínio, o condômino arcará com multa de 2% (dois por cento), juros de mora fixados em 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, correção monetária pelo IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, caso seja positivo, ou outro que venha a substituí-lo, além de custas de cobranças, notificações judiciais e extrajudiciais, remessa de correspondências, custas judiciais e arbitrais, e demais despesas legais.

Parágrafo Terceiro: O Conselho Consultivo proporá à Assembleia Geral regulamentar as formas de aplicação, redução ou anistia de acréscimos. Salvo deliberação em contrário será aplicado como regra o IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, caso seja positivo, ou outro índice que venha substituí-lo.

Parágrafo Quarto: Em caso de descumprimento de qualquer disposição da CONVENÇÃO do Regimento Interno ou do Regulamento do Condomínio dos Lagos, ficam os condôminos passíveis das sanções cominadas pelas respectivas